

O EXERCÍCIO DO PODER NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Crisóston Tertó Vilas Boas

INTRODUÇÃO

O tema que nos foi proposto - o exercício do poder na sociedade brasileira - pode ser abordado segundo diversas linhas de interpretação, todas relevantes, mas nem sempre adequadas. Numa linha antropológica, por exemplo, consagrada por Roberto da Matta, o exercício do poder deve ser capturado analiticamente no interior dos processos rituais que atravessam nosso cotidiano. Nesta perspectiva, uma dimensão da realidade qualquer, como as festas por exemplo, pode ser tomada como paradigma do drama social. Festas da ordem, como as paradas militares, e festas da desordem, como o carnaval, não se constituem exclusivamente formas de celebração da vida social, pois nelas também a dinâmica do poder se situa de modo inexorável, seja por sua acentuação bem marcada ou por sua negação explosiva.

Também poderíamos partir de uma linha de interpretação histórica, hoje muito em voga nos círculos cristãos ligados à teologia da libertação, que propõe a necessidade de um exame crítico do passado e do presente tal como é experimentado pelos vencidos. Aqui, a análise histórica é considerada em sua relatividade, na medida em que se admite a possibilidade de se ler e escrever uma "outra história", a história dos que esperam ser libertados.

Ou então poderíamos adotar uma linha de traço "economicista", considerando a questão do poder a partir de uma redução da atividade política a suas presumíveis atividades econômicas. Aqui tomaria vulto a consagrada divisão dicotômica entre infra e superestrutura, em que a política se torna um mero epifenômeno do jogo de interesses definidos na base, a infraestrutura.

Consideremos também outra possibilidade analítica que, em certa medida, combina pelo menos algumas das questões acima mencionadas. Referimo-nos à perspectiva que distingue, metodologicamente, a Sociedade e o Estado.

A Sociedade, ou sociedade civil, é definida como um campo mediador entre o Estado e a economia. Sob esta ótica, o Estado é percebido como resultado das relações interdependentes entre a economia e a sociedade civil. A economia estabelecerá suas exigências e a sociedade civil explicitará o contexto em que se processariam as lutas sociais. A importância desta forma de considerar a questão reside na possibilidade de resgatar o movimento histórico segundo as perspectivas das lutas sociais. Neste sentido, se tornaria possível falar não apenas, por exemplo, dos vencidos ou dos vencedores, mas também da luta incessante entre vencedores e vencidos e os resultados históricos desta luta.

Ou, por outra, poderíamos partir de uma análise mais aberta às considerações foucaultianas, e situar a questão do poder na experiência humana; portanto, além dos limites estabelecidos pelo uso do conceito de classe, de sociedade civil, de Estado, etc. Como se sabe, Foucault mostrou o sentido das políticas disciplinares que envolvem o cotidiano das pessoas. Estas práticas penetram toda a estrutura da sociedade, em todos os níveis, inclusive o da existência individual. Assim, o poder não se encontra apenas no Estado, ou nas instituições sociais reguladoras da vida em sociedade, mas nas nossas práticas pessoais, nos nossos discursos sobre nós mesmos, e seu objetivo é adestrar-nos para o trabalho, a atividade produtiva.

Observamos, portanto, que há muitas possibilidades de análise, e isto é uma decorrência do fato de que a vida social é múltipla, plurideterminada, e o seu conhecimento também é múltiplo, diverso.

Mas, há algo que atravessa todas estas perspectivas e constitui seu eixo comum. Em todas elas está pressuposto que o exercício do poder decorre de uma posição estratégica. Ou seja, o poder não é possuído, mas exercido. Não é privilégio dos que dominam, mas efeitos de suas posições estratégicas adquiridas.

Numa sociedade capitalista, o poder exercido decorre, portanto, da posição estratégica dos interesses capitalistas hegemônicos. No interior deste modo de produção e reprodução da vida social, a sua maior utilização é econômica. Para a execução deste fim, os interesses capitalistas, encarnados em seus diversos agentes históricos-sociais, as classes e frações de classes, se apropriam dos espaços institucionais do poder, isto é, do Estado, seu aparato burocrático e jurídico-legal.

Tudo isto nos coloca diante da necessidade de conhecer empiricamente o processo histórico, a trama das relações e realizações que a realidade social assume em seu devir. Falar de poder, portanto, implica situá-lo no devenir histórico. O poder também tem seu "Sitz im Leben", diríamos, tomando emprestado a expressão tão querida pelos teólogos alemães. É este

"lugar vivencial" é a sociedade concreta, para nós a sociedade brasileira.

Passemos então à análise da sociedade brasileira e consideremos, numa certa medida, alguns de seus aspectos segundo uma ótica descritiva. Ainda, contudo, queremos ressaltar que a alternativa de nos restringirmos a um período e a uma ordem de questões de proporções manipuláveis, tal como, por exemplo, a emergência e consolidação do regime autoritário pós-64, não assegura de per se que se evitem toda a ordem de dificuldades envolvida no fenômeno grandemente complexo de se descrever uma sociedade. Não é nada fácil apreender a lógica do processo social e político, ou selecionar aqueles fatores que possam ser considerados como exercendo papel determinante em seu desdobramento.

1. PODER E "DESENVOLVIMENTO" NO PÓS 64

A tentativa de estabelecimento das condições em que seria possível falar do exercício do poder na sociedade brasileira dependerá de que se entenda as afirmações que se seguem como "algumas afirmações entre outras possíveis".

O problema que pretendemos resolver está em saber o que é a sociedade brasileira e como suas classes e frações de classes, seus atores sociais, organizam suas estratégias de luta e dominação. Ou, em outros termos, quais são os traços básicos do exercício do poder numa sociedade onde a produção e reprodução de riquezas são articuladas sob uma modalidade tipicamente capitalista.

No capitalismo "clássico", as formas históricas que marcaram o exercício do poder não excluíram os aspectos restritivos da participação política de vastas camadas da população. Mas, a história dos movimentos sociais demonstra que o avanço do sistema produtivo, com o surgimento da manufatura e depois da grande indústria, ao incrementar a absorção crescente da mão-de-obra, tornou as classes trabalhadoras aptas a reivindicarem participação política no Estado. Este movimento proporcionou a transformação do modelo político liberal de dominação burguesa no sistema conhecido por liberal-democrático que contempla um grau maior de igualdade, liberdade e direitos de cidadania.

Do mesmo modo, o processo de desenvolvimento brasileiro do último vintênio, disparado pelos acontecimentos de 1964, produziu alterações de monta no cenário econômico e político da nação. Se, por um lado, o Brasil se tornou uma espécie de paradigma de país de industrialização retardatária, onde o crescimento econômico e a diferenciação das forças produtivas têm apresentado uma extraordinária vitalidade, como afirmou

José Serra, de outro estas transformações causaram um impacto reestruturador sobre as antigas formas associativas e representativas dos empresários, dos trabalhadores assalariados do campo e da cidade, da classe média em geral; enfim, de todos os segmentos sociais relevantes na definição de um quadro político do Estado.

Nossa interpretação nos leva a concluir que a qualidade e a magnitude deste impacto é de tal ordem que, ao contrário do que geralmente se afirma, houve, sobretudo no último decênio, uma elevação do nível de associação da sociedade. Esta associação, por outro lado, não pode ser bem examinada se nos atermos exclusivamente à sua forma histórica de associação político-partidária. Na verdade, ela se organiza em função de pautas muito precisas de reivindicação, que demandam não apenas respostas do setor público, mas alterações estruturais do próprio Estado.

O entendimento desta questão exige que façamos aqui o enquadramento analítico das transformações ocorridas e de sua magnitude.

Muito já se escreveu sobre as alterações de ordem econômica e social efetivadas a partir de 1964. Este ano se tornou um marco histórico de um processo político-militar que agregava diversos agentes sociais em torno de um reordenamento político-social.

Os articuladores do movimento de 1964 partiram do pressuposto de que não havia ocorrido ainda no Brasil uma acumulação de capital suficiente para retirá-lo do subdesenvolvimento. Acreditavam que somente um modelo político-econômico, orientado para a captação de recursos do exterior e para a poupança e investimentos internos, asseguraria um ritmo de crescimento necessário para uma maior elevação do nível de vida no futuro. Afirmavam que, para tanto, faziam-se necessárias certas medidas, como por exemplo, comprimir o consumo popular. Esta proposta se tornou conhecida vulgarmente como "teoria do bolo", isto é, a proposição de que primeiro cresça o bolo (o que implica um processo de acumulação privilegiada da renda) antes de que se pense em dividi-lo (o que remete à uma proposta de equidade distributivista da renda).

Em linhas gerais, as premissas desta "teoria" são as seguintes: a) o desenvolvimento de uma sociedade aberta só se dá através da garantia política da livre operação dos mecanismos de mercado; b) é dever do Estado velar para que este processo tenha assegurado um mercado de mão-de-obra amplo e pacífico; c) também é dever do Estado "avaliar" as inversões estrangeiras no setor produtivo através de uma política tributária e creditícia favorável; d) a contenção dos salários pagos, através da intervenção reguladora do Estado no mercado de trabalho,

é uma *conditio sine qua non* para que os conglomerados multinacionais sintam-se "motivados" a investir; e) a poupança interna e o investimento no setor produtivo são, por sua vez, a garantia do crescimento que, no futuro, propiciará as soluções adequadas das inevitáveis distorções que o modelo produzirá.

Observem que a questão das distorções não é negada, ainda que a solução seja projetada para o futuro. Em 1968, Mário Henrique Simonsen reconhecia este aspecto quando abordou a questão do controle da inflação por meio de uma política de contenção salarial. Afirmava ele: "é claro que, do ponto de vista social, esse declínio do salário real representa um sub-produto desagradável da política econômica posta em prática nos últimos anos, e isto basta para que nos preocupemos em encontrar uma solução que, pelo menos com o tempo, recomponha o poder aquisitivo dos assalariados."

E, quando se constatou que o modelo, por outro lado, necessitava de um mínimo de legitimidade social, os seus articuladores buscaram implementar uma política de caráter compensatório e preventivo. Compensatório no sentido de que objetivava remediar os "sub-Produtos desagradáveis", gerados pelo processo de acumulação. Preventiva porque as distorções, se não contornadas, poderiam ocasionar distúrbios capazes de colocar em cheque a "paz social".

Com este intuito, foram criados diversos programas, tais como o INPS, no setor previdenciário; MOBRAF, no educativo; FUNABEM, na assistência social ao menor; PIS e FGTS, na assistência ao trabalhador. Por outro lado, toda a política social esteve sob a tutela do padrão de crescimento que o regime pretendia viabilizar. Isto podemos checar a partir do exame de um programa como o PIS - Plano de Integração Social.

O PIS objetivava distribuir a renda monetária aos empregados urbanos em função de dois parâmetros: 1) o montante de recursos a que cada empregado teria direito decorreria, diretamente, da quantidade de anos de trabalho e, inversamente, do montante de sua renda salarial; e 2) a remuneração do fundo dependeria da capacidade produtiva geral da economia, antes que dos lucros de uma empresa específica. Assim, a participação do trabalhador na riqueza socialmente produzida foi balizada pelo ritmo de crescimento econômico.

Este crescimento de fato se deu. Se tomarmos o modelo de desenvolvimento numa perspectiva genérica, chegamos à conclusão de que ele alcançou êxito. Nos últimos trinta anos, apesar das recorrentes crises de crescimento, o Produto Interno Bruto brasileiro cresceu a uma taxa média de 7,1% ao ano. Alguns setores cresceram a uma taxa extraordinária, como por exemplo a indústria de bens de consumo duráveis, que cresceu 15,3% ao ano. E tudo isto indica que também foram realizadas profundas

mudanças na estrutura ocupacional, demográfica e social do país. Mas aí é que está a questão: que as mudanças se efetivaram é um fato óbvio, mas como elas atingiram os diversos segmentos da sociedade brasileira? Qual foi o preço do crescimento segundo o modelo adotado?

Se organizarmos um conjunto de informações disponíveis, relativas à estrutura econômica e social brasileira, verificaremos que o modelo não contribuiu para a equalização do bem-estar social e tampouco para a redução das desigualdades sociais e econômicas herdadas do passado. Somos quase propensos a considerar que, ao contrário, o modelo agravou os problemas antigos e criou novos fatores de desequilíbrio.

Em 1982, o PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, nos informava que a população brasileira era de 122,5 milhões e que a PEA - População econômica ativa, era de 49,9 milhões. Os dados indicavam, de modo chocante, que os brasileiros estavam ficando cada vez mais pobres, segundo sua faixa de renda, ou cada vez mais ricos. Assim, a distribuição da riqueza segundo o nível de renda indicava o seguinte quadro:

TABELA 1
POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA POR FAIXA DE RENDA

Renda (sal. min.)	até 0,5	0,5-1	1-2	2-3	3-5	5-10	10-20	20 mais
PEA (milhões)	10,1	11,8	13	5,4	4,8	3,3	1,4	0,5

Observe-se que 69,3% da população economicamente ativa recebiam até dois salários mínimos e que a faixa de miséria absoluta, constituída pelas pessoas que ganham até meio salário mínimo, havia crescido de 15,6% em 1981 para 20,1% em 1982. Ora, se admitirmos que cada trabalhador é responsável pelo sustento de pelo menos mais uma pessoa, observaremos que, em 1982, portanto em meio a uma crise econômica que se alastrou pelo menos até 1985, cerca de 69,6 milhões de brasileiros viviam abaixo de qualquer referência estatística de padrão digno de vida.

Não é necessário ser sociólogo para imaginar o que tudo isto representa em termos de acesso aos bens de consumo, à saúde, à educação etc. Este quadro ainda se torna mais grave quando observamos que esta população carente é a que menos se beneficia dos serviços públicos.

Em outras palavras, podemos afirmar que estes dados nos permitem verificar a magnitude das transformações econômicas sobre o processo de urbanização, capitalização e industrializa-

ção. Mas também permitem a observação de que este processo vem se consumando sobre uma insuportável perversidade. Como já se escreveu, o Brasil ficou mais rico, sem dúvida, mas o hiato que separa os ricos e muito ricos dos pobres e muito pobres tem aumentado vertiginosamente, indicando que a força do Estado foi mobilizada para gerar o atendimento exclusivo de certas classes sociais, e não os interesses da nação como um todo.

Por outro lado, estas contradições do modelo acabaram por agir sobre a forma de inserção socio-política das classes sociais, alterando a definição dos seus padrões de conduta política.

Até os anos 60, a participação política dos principais atores coletivos da sociedade -os empresários, os trabalhadores assalariados e os profissionais liberais- se organizava através da estrutura sindical, das associações de classe e dos partidos, sob a égide do Estado.

Em 1964, esta ordem política foi violada quando se colocou em recesso a dimensão política da cidadania brasileira. As cassações de mandatos e de direitos políticos, a extinção dos partidos em 1966, o fechamento de diversas associações civis e a intervenção maciça nos sindicatos, são fatos que indicam o grau da violência desorganizadora que a tecnocracia e os militares empreenderam com o objetivo de bem executar o "modelo brasileiro de desenvolvimento". Para esta elite dirigente, as demandas da população deviam ser canalizadas através dos novos partidos, ainda que o Congresso tivesse sido reduzido a funções simbólicas e todo o poder decisório transferido para a esfera do Executivo.

Este é um aspecto bastante interessante, que nos ajuda a entender como o poder constituído considerava o processo de participação. O regime, além de manter o impedimento do voto para os analfabetos, considerou que os cidadãos capacitados (isto é, todos os alfabetizados maiores de 18 anos) estavam obrigados a votarem. Em compensação, não podiam exercer seus direitos de cidadania senão através das organizações políticas convencionais (os partidos criados por decreto presidencial, a Arena e o MDB) e de acordo com o calendário oficial de atividade político-eleitoral. As associações voluntárias, os sindicatos, as organizações estudantis, etc. não podiam expressar opiniões políticas, embora cada cidadão estivesse obrigado a ter opinião política e a manifestá-la compulsoriamente em períodos eleitorais. Esta é a caricatura do esquema idealizado para a participação política, e que define bem aquilo que os cientistas políticos chamam de "cidadania regulada".

2. REPRESENTAÇÃO E CIDADANIA

Após duas décadas, porém, o quadro se apresenta inteiramente modificado. Ultrapassando os limites impostos pelos anos de autoritarismo, a sociedade civil se reorganizou, se adaptou as novas condições e se capacitou para empreender novos rumos à política nacional.

Entre os empresários, estabeleceu-se uma constelação de entidades de classe e, por meio delas, buscou-se viabilizar uma participação mais efetiva, sobretudo no que concerne às medidas governamentais ligadas às chamadas políticas públicas. Basta observar que no curto período de 10 anos, somente na indústria se verificou a criação de 67 entidades. Esta estrutura paralela de representação dos interesses do setor aproveitou-se da hierarquia burocrática estatal e, através daquilo que Fernando Henrique Cardoso chamou de "anéis burocráticos" (isto é, um tipo de arranjo através do qual os interesses das facções políticas que constituem a burocracia pública são captados pelos interesses do setor privado), instrumentalizou de maneira mais eficiente os interesses de cada grupo específico.

Da mesma forma, na esfera de representação operária produziram-se alterações de tal ordem que pouco do quadro atual lembra a estrutura herdada do antigo regime corporativista estabelecido pelo Estado Novo. Com efeito, depois de presenciarem o esfacelamento de suas organizações, os operários retomaram o processo de reconstrução do seu espaço político a partir da fábrica. Neste lugar, os operários criaram as condições necessárias de retomada dos níveis de participação política. Tomaram consciência de que o universo de sua ação política não estava circunscrito apenas às lutas sindicais e partidárias. A nova situação exigia novas estratégias de luta. Ao compreenderem este fato, os operários voltaram-se para o campo de trabalho, da saúde, do lazer, da qualidade de vida.

Em 1978, estas lutas cotidianas, este processo lento de reconstrução, explodiu para fora das fábricas e se tornou um fato nacional com as eclosões das greves do ABC paulista e seu alastramento para os demais estados da região centro-sul do país. Greves brancas no interior das fábricas, sabotagens, absenteísmo, confronto com disciplinas fabris, etc., forjaram as condições para as mobilizações que se deram a partir daquele ano.

Os operários, que já não podiam contar com o Estado enquanto agência mediadora dos conflitos e dos interesses antagônicos, buscaram nos acordos coletivos e na negociação direta com os patrões, o atendimento de seus interesses. Neste contexto, ganharam relevo as comissões de fábrica, de onde emergiram as novas lideranças e o "novo sindicalismo".

Por sua vez, o novo capacitou o movimento operário para "novas descobertas". Por exemplo, que as relações de poder e de dominação não se expressam exclusivamente nas instituições políticas, mas também no modo de vida operário, suas práticas econômicas, os processos de trabalho na unidade fabril, as práticas culturais e ideológicas, e nas diversas formas de controle utilizados para subordiná-los.

Outro aspecto importante decorre dos resultados da generalização das relações capitalistas sobre o mundo rural. Creemos que não é necessário discorrer sobre este processo. Queremos somente sublinhar que nada se modificou tanto como a situação do trabalhador rural.

No que concerne à sua organização, observa-se que entre 1975 e 1985 os sindicalizados passam, em números absolutos, dos 9 milhões de trabalhadores. Isto corresponde a um aumento de 180% no decênio. Estes trabalhadores não chegam a representar 30% da PEA, mas constituem mais de 50% da força de trabalho sindicalizada no país.

As greves recorrentes entre estes trabalhadores revelam que, doravante, as alianças políticas tenderão a se estabelecer sob condições inteiramente distintas daquelas pré-existentes antes da penetração das relações capitalistas no campo.

Por fim, falemos um pouco sobre as classes médias. Muito já se escreveu sobre o papel que este segmento, profundamente complexo em sua composição, assumiu no processo de consolidação do regime autoritário. Sem dúvida alguma as classes médias beneficiaram-se do modelo, mas não tanto assim como se supõe. Por outro lado, foram elas que assumiram talvez o papel mais proeminente nas recentes transformações políticas. Aliás, a participação nestas transformações é decorrente de uma tomada de consciência progressiva da deterioração da qualidade de vida, associada ao decréscimo da renda de todos os segmentos da classe e à tendência geral de assalariamento que atingiu até mesmo os chamados profissionais liberais, os trabalhadores autônomos.

Curiosamente, neste segmento da população se verificou a renovação dos movimentos associativos de bairro, organizados em torno de demandas de bens e serviços públicos, regulamentação do uso do solo e do meio ambiente, etc. Sobre isto são reveladores os dados coletados por Renato Boschi no município do Rio de Janeiro no ano de 1982. Segundo estes dados, o número de associações dos bairros da classe média alta, ou seja, que tem uma renda igual ou superior a 10 salários mínimos, cresceu de 1 no período 1964-68 para 30 no período 1979-81, exatamente o período que dá início à mais recente crise do capitalismo a nível internacional e, concomitantemente, do modelo de desenvolvimento implementado no Brasil.

Outro aspecto muito importante acerca da composição política da classe média, encontra-se na questão do assalariamento dos profissionais liberais. Esta tendência se tornou irreversível a partir dos anos 70 como corolário do processo de capitalização generalizada da economia. Isto pode ser provado pelos dados sobre sindicalização e número de greves. Greves, como se sabe, é um fenômeno somente imaginável entre empregados. Jamais um trabalhador autônomo pode fazê-la sob pena de punir a si próprio. Isto seria suicídio econômico.

Pois bem, se tomarmos o ano de 1960 como base 100, notamos que a sindicalização destes profissionais cresceu 129% até 1970, 309% até 1975 e 363% até 1978. Estes dados já estão caducos, portanto é possível imaginar o quadro atual. Significativos também são os dados sobre o número de greves. Em 1978, enquanto se verificaram 104 greves entre os trabalhadores da indústria, aconteceram apenas 8 entre os assalariados da classe média (médicos, professores, bancários, etc.). Em 1981, o quadro se modificou. Enquanto na indústria se verificaram 28 greves, entre os assalariados da classe média aconteceram 42, ou seja, um pouco menos do dobro.

3. O EXERCÍCIO DO PODER NO BRASIL: MUDANÇAS CONSERVADORAS

Estas observações meramente descritivas nos permitem, agora, balizar algumas questões mais teóricas. Dissemos que nossa questão, o exercício do poder, deveria ser estudada dentro do leque de estratégias e lutas das classes sociais no interior de um modo de produção capitalista. De certo modo, o golpe de 64, e a conseqüente intervenção militar na vida política nacional, tendo interrompido a vigência de um governo legalmente constituído, representou uma violência à Constituição. Por outro lado, representou a possibilidade do restabelecimento das bases político-sociais para a predominância de interesses capitalistas hegemônicos.

Esta intervenção violenta não é inédita na história do Brasil. Todas as vezes que se tornou necessária, os setores dirigentes a executaram. Foi assim em 1930 e mesmo no período de vigência do populismo, para ficarmos apenas no século XX.

O processo de revolução pelo alto, empreendido em 1930, constituiu-se numa forma de induzir a modernização econômica através de uma intervenção política conservadora. Embora tenham perdido a exclusividade de representação, as elites agrárias não foram alijadas do poder, fato que podemos constatar pela preservação do sistema de propriedade de terra e das relações de trabalho no campo - bases do poder local dos latifundiários.

Da mesma forma, no populismo as elites produzem mudanças buscando conservar. Do ponto de vista político, a peculiaridade do populismo estava em que combinava elitismo, conservadorismo e autoritarismo com as garantias constitucionais, até certo ponto liberais, da Constituição de 1946. A crise de hegemonia das classes dirigentes tradicionais exigiu que o Estado, no limite do exercício do poder, controlasse as pressões que as massas migratórias realizavam para ter emprego urbano, para participar da sociedade de consumo e da vida política nacional.

Neste jogo político, o Estado, de fato, assumiu a tutela das demandas populares, mas, por outro lado, de algum modo esta prática acabou por abrir espaço político para os setores populares. Contraditoriamente, o populismo amorteceu as reivindicações populares e promoveu uma maior consciência da cidadania.

Ora, exatamente este fato, esta contradição do modelo, colocou em risco toda a dinâmica de aliança de classes que tornava possível a manutenção do quadro de dominação vigente.

O movimento de 1964 representou exatamente a retomada do controle político desta crise que ameaçava constituir-se um questionamento profundo do pacto político de dominação no Brasil. Caracterizou-se, pois, como uma retomada da iniciativa política por parte das classes dominantes. Nesta retomada, o poder passou dos políticos tradicionais para uma elite empresarial que tinha no aparato tecnocrático e nos militares seus "agentes administrativos". Enfim, significou um movimento de reunificação das forças sociais conservadoras em torno de seus interesses de classe.

Agora, nos dias atuais, presenciamos os fatos que alteraram a face do regime, rompendo o ciclo de autoritarismo militar. Mas neste processo, as classes dirigentes não tiveram seu poder afetado. Exemplo vivo disto está em que temos um presidente que até pouco tempo representava, com grande ardor, os interesses dos governos autoritários. Curiosamente, no auge do Plano Cruzado ele tem-se constituído o presidente de maior legitimidade entre a população, mesmo sendo duas vezes indireto. Indireto por sua entrada na chapa Tancredo Neves, a partir de negociações intra-elites, e indireto por sua condução à presidência via colégio eleitoral.

Esta notável capacidade de "mudar conservando", que caracteriza o processo histórico brasileiro, nos leva a questionar o presente, e a colocá-lo sob o microscópio da "desconfiança prudente".

Por outro lado, o conhecimento deste traço da história nacional, desta trama especial de nosso drama sócio-político,

nos capacita a elaborar estratégias de ação mais eficazes no combate a todas as formas de autoritarismo. E, mais importante, torna possível a elaboração de estratégias mais sólidas e congruentes para a construção de um Estado e uma Sociedade democráticas.

BIBLIOGRAFIA

1. ABRANCHES, Sérgio. "A recuperação democrática. Dilemas políticos e institucionais". Rio de Janeiro. IUPERJ - Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro. mimeografado.
2. ALMEIDA, Maria Herminia Tavares dc. "Os democratas no fio da navalha". Estudos CEBRAP, vol. 1, n. 1, dez. 1981.
3. ----- "O sindicalismo brasileiro entre a conservação e a mudança". In: SORJ, Bernardo e ALMEIDA, Maria H.T. *Sociedade e Política no Brasil Pós-64*. São Paulo. Brasiliense. 1984.
4. BACHA, Edmar. *Os Mitos de uma Década*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1976
5. BOSCHI, Renato Raul. *Elites Industriais e Democracia*. Rio de Janeiro. Graal. 1979.
6. ----- *Movimentos Coletivos no Brasil Urbano*. Rio de Janeiro. Zahar. 1983.
7. BRESSER FERREIRA, Luiz. *Pactos Políticos: do populismo à redemocratização*. São Paulo. 1985.
8. CARDOSO, Fernando Henrique. *Autoritarismo e Democratização*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1975.
9. CARDOSO, Ruth. "Movimentos Sociais Urbanos: balanço crítico". In: SORJ & ALMEIDA. *op. cit.*
10. DINIZ, Eli & BOSCHI, Renato R. *Empresariado Nacional e Estado no Brasil*. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 1978.
11. DREIFUSS René Armand & DULCI, Otávio Soares. "As Forças Armadas e a Política". In: SORJ & ALMEIDA (orgs) *op.cit.*
12. FÁRIA, Vilmar. "Desenvolvimento, Urbanização e Mudanças na Estrutura do Emprego: a experiência brasileira dos últimos trinta anos". In: SORJ & ALMEIDA (orgs.) *op. cit.*
13. JAGUARIBE, Hélio (et. al.) *Brasil, Sociedade Democrática*. Rio de Janeiro. José Olympio. 1984.
14. ----- "A classe média é o pêndulo do sistema". O ESTADO DE SÃO PAULO. 15.06.1980.
16. ----- "A Democracia Ameaçada". Folha de São Paulo. 09.07.1983.
17. KUCINSKI, Bernardo. *Abertura, a História de uma Crise*. São Paulo. Brasil Debates. 1982
18. KRISCHE, Paulo (org.) *Brasil, do "Milagre" à "Abertura"*. São Paulo. Cortez. 1982.

19. LAMOUNIER, Bolivar & FARIA, Jorge Eduardo. *Futuro da Abertura: um Debate*. São Paulo. IDESP. 1981.
20. MATTA, Roberto da. *Carnavais, Malandros e Heróis*. Rio. Zahar. 1979
21. ———. *A Casa e a Rua. Espaço, Cidadania, Mulher e Morte no Brasil*. São Paulo. Ed. Brasiliense. 1985.
22. SERRA, José. "Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira do Após-Guerra". Mimeografado. 1981.
23. SANTOS, Wanderley Guilherme. *Poder e Política. Crônica do Autoritarismo Brasileiro*. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 1978.
24. SIMONSEN, Mário Henrique. *Inflação: Gradualismo x Tratamento de Choque*. Rio de Janeiro. ANPEC. 1970.
25. ———. "Salários e Inflação. *Mundo Econômico*, Abril de 1968.
26. VELHO, Octávio Guilherme. *Capitalismo Autoritário e Camponato*. São Paulo. DIFEL. 1976.
27. SORJ, Bernardo & WILKINSON, John. "Processos Sociais e Formas de Produção da Agricultura Brasileira". In: SORJ & ALMEIDA (orgs.) *op. cit.*